



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios - MEC, Bloco L - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900
Telefone: e - http://www.mec.gov.br

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.001417/2021-28

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços não continuados de confecção de bottons, para aquisição e posterior distribuição às Escolas Cívico-Militares apoiadas pelo Ministério da Educação - MEC, por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, conforme especificações e quantidades constantes do presente Projeto Básico.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade
1	Serviços de confecção de identificadores - tipo <i>Botton</i> de lapela de forma circular (com 2 cm de diâmetro), na parte da frente com fundo branco e o símbolo das ECIM em 3D (na cor azul marinho); e no verso com fecho de pressão (na cor prata). BOTTON DE LAPELA EM METAL - AÇO INOX, DE ACABAMENTO NA FRENTE COM COBERTURA EM RESINA TRANSPARENTE RÍGIDA E PRENDEDOR/FECHO, EM SEU VERSO, DO TIPO BORBOLETA.	Unid.	1.000

1.2. São partes integrantes deste Projeto Básico:

1.3. Encarte "A" – Planilha Descritiva dos Materiais e Formação de Preços;

1.4. Encarte "B" – Modelo anexo dos bótons;

1.5. Encarte "C" – Termo de recebimento provisório;

1.6. Encarte "D" – Termo de recebimento definitivo;

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de que trata o presente Projeto Básico tem por finalidade atender solicitação da Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares da Secretaria de Educação Básica - DECIM/SEB, por meio do Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 2478917).

2.2. A presente contratação visa à aquisição de bottons de lapela para identificação dos militares e demais servidores que prestam serviços nas Escolas Cívico-Militares - ECIM do Programa PECIM, localizadas em diversos municípios brasileiros.

2.3. A aquisição desses identificadores pessoais tem como objetivo aprimorar as medidas de segurança nas unidades educacionais permitindo a identificação e a entrada dos militares e demais servidores nas suas respectivas Escolas Cívico-Militares.

2.4. Tem a finalidade também de identificá-los em serviços internos e externos, enquanto representantes do Ministério da Educação em eventos ou cerimônia.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto deste Projeto Básico tem amparo legal no inciso II, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Nº do Item	Quantidade estimada	Objeto	Descrição
01	1.000	Bóton	Serviços de confecção de identificadores - tipo <i>Botton</i> de lapela de forma circular (com 2 cm de diâmetro), na parte da frente com fundo branco e o símbolo das ECIM em 3D - SEI nº 2453390 (na cor azul marinho); e no verso com fecho de pressão (na cor prata), conforme modelo anexo - SEI nº 2453343. BOTTON DE LAPELA EM METAL - AÇO INOX, DE ACABAMENTO NA FRENTE COM COBERTURA EM RESINA TRANSPARENTE RÍGIDA E PRENDEDOR/FECHO, EM SEU VERSO, DO TIPO BORBOLETA.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Trata-se de serviço comum de caráter não continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser executado por dispensa de licitação.

5.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

5.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Será selecionada empresa pelo critério de menor preço global, na forma prevista no art. 45, §1º, da Lei nº 8.666/1993.
- 6.2. As empresas deverão apresentar Planilha Descritiva dos Materiais e Formação de preços, devidamente preenchida, conforme modelo Encarte "A".
- 6.3. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Projeto Básico.
- 6.4. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha de Custos e Formação de Preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

7. DO VALOR ESTIMADO

- 7.1. A estimativa de preço para a execução dos serviços em tela é de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) conforme menor proposta comercial apresentada em pesquisa de preços efetuada pela Coordenação-Geral de Gestão Administrativa deste Ministério (SEI 2569864).

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da presente confecção correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, para o exercício de 2021, a cargo do Ministério da Educação, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicas serão contemplados no exercício orçamentário de 2021.

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1. Os bottons deverão ser confeccionados conforme o modelo constante nos autos.
- 9.2. A prestação dos serviços deverá estar de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Norma nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no que couber.

10. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

- 10.1. Amostras: a contratada ficará responsável por apresentar 1 (uma) amostra do produto, conforme especificações constantes no Encarte "B", no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da emissão da Autorização de Serviços, para fins de aprovação, observando o disposto a seguir:
- 10.2. No caso da amostra necessitar de eventuais correções (seja por culpa da contratada ou por conveniência do MEC), a empresa terá o prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados do recebimento do material, para apresentar uma nova amostra, com as correções determinadas.
- 10.3. Após a aprovação da amostra, a empresa deverá entregar, definitivamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os bottons, na quantidade solicitada, no Almoxarifado Central/SAA – Esplanada dos Ministérios, bloco "L", Anexo I, Subsolo, sala 14 – Brasília/DF, horário das 08h30 às 12:00 e das 14:00 às 18h, observado o disposto nos artigos 73 e 74 e respectivos parágrafos da Lei nº 8.666/93.

11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 11.1. O recebimento do objeto deste Projeto Básico se dará conforme o disposto no artigo 69, 73 e 76, da Lei nº 8.666/1993, compreendendo duas etapas distintas a seguir discriminadas:
- a) provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, após a entrega do objeto, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos bens, mediante termo circunstanciado, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação prevista neste Projeto;
- b) definitivamente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento provisório, mediante atesto de nota fiscal, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação.
- 11.1.1. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, perfeição e especificação do objeto deste Projeto Básico.
- 11.2. Em caso de não conformidade, lavrar-se-á um Termo de Recusa e Devolução, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nessa hipótese, o item objeto deste Termo. será rejeitado, devendo ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias, quando se realizarão novas verificações de conformidade do que trata este Projeto.
- 11.3. Caso a substituição não ocorra em 15 (quinze) dias, ou caso o novo bem entregue também seja rejeitado, estará à empresa incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação das sanções previstas em Lei.
- 11.4. À Contratada caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis. Os custos da substituição do bem rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

12. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

- 12.1. A garantia da contratação consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078 de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

13. DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A entrega dos materiais será acompanhada e fiscalizada por servidor lotado na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação, designado para esse fim.
- 13.2. Caberá ao representante designado:
- 13.2.1. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 13.2.2. Atestar a Nota Fiscal/Fatura, desde que tenha sido executado após a conformidade do material fornecido.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.2. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços.

- 14.3. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, atestar a nota fiscal/fatura relativa à efetiva entrega do objeto contratado e seu aceite.
- 14.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 14.5. Recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado neste Projeto Básico.
- 14.6. Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionado neste Projeto Básico.
- 14.7. Aplicar as sanções regulamentares, se necessário.
- 14.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 14.9. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na entrega dos serviços para adoção das providências

15. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1. Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico e de acordo com a sua proposta.
- 15.2. Apresentar, antes da execução dos serviços e nos prazos e condições previstas no subitem 6.1, amostra do material para autorização do MEC.
- 15.3. Executar os serviços, observando rigorosamente as especificações e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.
- 15.4. Consertar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação da Administração do MEC, qualquer defeito verificado na entrega do objeto, ou em desacordo com as especificações exigidas, atentando as condições do item 5 deste projeto e ao prazo do item 9.
- 15.5. Emitir fatura no valor pactuado, apresentando-a ao Contratante para ateste e pagamento.
- 15.6. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico, observado o disposto na Lei nº 8666/1993.
- 15.7. Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os produtos fornecidos, bem como pelo custo de frete, na entrega, e demais custos inerentes ao serviço.
- 15.8. É vedada a subcontratação de outra empresa para a prestação dos serviços.

16. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 16.3.1. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 16.3.2. O recebimento provisório ficará sujeito à entrega dos produtos objeto do presente Termo.
- 16.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, a CONTRATANTE deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.4.1. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 16.4.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado.
- 16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços/fornecimento de materiais, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas e por força das disposições legais em vigor.
- 16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela CONTRATANTE, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. **DA CONTRATAÇÃO**

- 17.1. O Termo de Contrato de execução dos serviços será substituído pela Nota de Empenho na forma do § 4º do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

18. **DO PAGAMENTO**

- 18.1. Os pagamentos serão efetuados em moeda nacional corrente, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, após o recebimento dos bens, mediante apresentação da Nota Fiscal/fatura, devidamente atestada pelo Fiscal designado pelo Contratante.
- 18.1.1. Nos casos em que obrigatórias, as Notas Fiscais deverão ser eletrônicas (Nfe) conforme disposições contidas no inciso I, Cláusula Segunda do Protocolo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de 03/07/2009.
- 18.1.2. Deverão também conter nas Notas Fiscais Eletrônicas, se for o caso, os dados bancários do credor para emissão da (s) ordem (s) bancária (s) e as devidas retenções tributárias a serem feitas pela instituição conforme o artigo 64 Lei 9.430 de 27/12/1996.
- 18.1.3. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL OU SUPER SIMPLES deverá apresentar a nota fiscal eletrônica, acompanhada do Anexo IV da IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela Instrução Norma va RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.

18.1.4. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à empresa, pelo representante do Contratante, e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

18.2. No caso de eventual atraso de pagamento, provocados pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365 -$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de Atualização Financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

18.3. Em cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/1996, Lei nº 9.718, de 27/11/1998 e IN/RFB nº 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN/RFB nº 1.244, de 30/01/2012, a Divisão de

Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem como a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, nos termos da legislação vigente.

18.4. No ato do pagamento será comprovada a manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade da empresa (artigo 27, § 2º, do Decreto nº 5.540/2005).

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 49 do Decreto nº 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e demais cominações legais a(s) Contratada (s) que:

19.1.1. Apresentar documentação falsa;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do objeto da licitação;

19.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida no edital;

19.1.5. Não manter o valor constante da proposta;

19.1.6. Comportar-se de modo inidôneo;

19.1.7. Fizer declaração falsa;

19.1.8. Cometer fraude fiscal;

19.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada no artigo 11 da Portaria MEC nº 120/2016.

19.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa;

19.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa;

19.4. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 10º da Portaria nº 120/2016, sendo possível a aplicação de:

19.4.1. Advertência.

19.4.2. Multa de:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em cumprir com as responsabilidades pactuadas e/ou da entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração; recusa parcial ou total na entrega do material; recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total;

f) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a

penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção não superior a dois anos;

19.4.3. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do Contrato/nota de empenho.

19.5. A Multa de Mora será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, conforme o art. 7º da Portaria MEC 120/2016, observada a seguinte ordem:

- a) mediante desconto no valor da garantia depositada;
- b) mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada;
- c) mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

19.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

19.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do objeto, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

19.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

19.9. No caso de multa cuja apuração ainda esteja em processamento ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, a Contratante poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da garantia ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito parcialmente pela Contratante, o valor retido correspondente será depositado em favor da Contratada, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

19.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

19.14. Caso a CONTRATADA descumpra quaisquer condições deste Termo, poderá o CONTRATANTE aplicar multa de 1% (um por cento) do valor mensal da fatura por dia e/ou por ocorrência a título de glosa em quaisquer faturas posteriores ao ocorrido resguardado o direito da ampla defesa e do contraditório.

19.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Consultas a respeito deste Projeto Básico poderão ser formuladas pelo correio eletrônico institucional: cgga@mec.gov.br, subsidiadas pela área técnica.

CARLOS CESAR DA SILVA GOMES
Servidor

De acordo, encaminhe-se à CGLC, para análise dos elementos constantes no presente Projeto.

LUIZ MARQUES DE LIMA
Coordenador-Geral de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar da Silva Gomes, Servidor(a)**, em 08/04/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Aurelius Aragão Veras, Servidor(a)**, em 08/04/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yociaki Yunoki, Servidor(a)**, em 08/04/2021, às 22:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Marques de Lima, Coordenador(a)-Geral**, em 09/04/2021, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2578576** e o código CRC **72912B28**.

1.